



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PIAUÍ DE 14.09.2015**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às 16:00 horas, no Plenário Procurador Manoel da Costa Nunes, 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizado nesta Capital à Rua Álvaro Mendes, número vinte e dois, noventa e quatro, bairro Centro, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor **CLENDRO ALVES DE MOURA**, Procurador-Geral de Justiça, reuniram-se à discussão da sessão ordinária regularmente convocada para apreciação e deliberação da matéria constante da pauta, anteriormente preparada e remetida a todos. PRESENTES Procuradores(as) de Justiça Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Antônio Gonçalves Vieira, Alípio de Santana Ribeiro, Martha Celina de Oliveira Nunes, Rosângela de Fátima Loureiro Mendes, Hosaias Matos de Oliveira, Fernando Melo Ferro Gomes, José Ribamar da Costa Assunção, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Luis Francisco Ribeiro, Zélia Saraiva Lima e Clotildes Costa Carvalho. AUSÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS: Procuradores de Justiça Teresinha de Jesus



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

Marques (férias), Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues (licença prêmio), Antônio Ivan e Silva (justificada), Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino (férias), Lenir Gomes dos Santos Galvão (justificada), Francisco das Chagas da Costa Neves (justificada) e Aristides Silva Pinheiro (férias). Seguindo a ordem dos trabalhos determinada pelo artigo 6º do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorreu: conferência do *quorum* e instalação da sessão. O Presidente cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão. Em seguida, requereu a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Antes de iniciar a ordem do dia, a Secretária trouxe para conhecimento do Colégio de Procuradores, o ofício do Ministro João Batista Brito Pereira, em agradecimento ao registro do voto de pesar pelo falecimento de seu irmão, o Promotor de Justiça Bernardino Brito Pereira. Adentrando a pauta, passou-se ao **ITEM I – discussão e apreciação do Processo Administrativo nº 16888/2014. Assunto: proposta de Resolução disciplinando a distribuição das atribuições das Promotorias de Justiça em Campo Maior-PI.** Relatora: Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes. Revisor: Dr. Francisco das Chagas da Costa Neves. A secretária justificou a ausência do Procurador de Justiça revisor do processo em pauta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

Diante disso, o Colégio deliberou pela análise da matéria sem o voto do revisor. Prosseguindo, a relatora fez a leitura do relatório e em seguida votou pela alteração da Resolução nº 003/2010 – CPJ/PI, nos termos da proposta, a fim de que seja aprovada a redistribuição das atribuições concernentes às Promotorias de Justiça Cíveis e Criminais da Comarca de Campo Maior, resultado do consenso entre os próprios membros atuantes na referida comarca. Após a discussão sobre a matéria, a proposta foi submetida à votação e aprovada à unanimidade pelo Colégio de Procuradores. Registrando que a Procuradora de Justiça Clotildes Costa Carvalho fez uma ressalva para que posteriormente seja providenciada uma análise mais profunda da modificação das atribuições das Promotorias de Justiça de Campo Maior. O Presidente então colheu os votos dos membros e proclamou o RESULTADO: por unanimidade de votos, aprovaram a proposta de Resolução disciplinando a distribuição das atribuições das Promotorias de Justiça em Campo Maior-PI. **ITEM II - Apresentação da Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí para o exercício 2016.** O Presidente passou a palavra ao Promotor de Justiça Édsel de Oliveira Costa Belleza do Nascimento, Coordenador da Assessoria de Planejamento e Gestão, o qual



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

cumprimentou os presentes e, na sequência, fez a apresentação da matéria. Inicialmente explicou que a proposta orçamentária é alicerçada no Plano Plurianual – PPA com validade de 4 (quatro) anos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO com validade de 1(um) ano e no Projeto de Lei Orçamentária Anual -LOA também com validade de 1(um) ano. Ressaltou que as receitas e despesas para o Ministério Público do Estado do Piauí serão desdobradas em 03 (três) unidades orçamentárias: Procuradoria-Geral de Justiça, Fundo de Modernização do Ministério Público e Fundo de Proteção e Defesa do Consumidor. Informou que essa proposta orçamentária traz um incremento de 48% em relação ao orçamento aprovado para o ano de 2015, ou seja, um valor bastante elevado se comparado à proposta anterior. Informou, ainda, que o Estado divulgou a estimativa da receita corrente líquida para o ano de 2016, importando em R\$ 6.722.039.769,00. Chamou a atenção para a estimativa da receita em 2015, que inicialmente foi fixada em R\$ 6.469.000,000,00 e que no primeiro quadrimestre deste ano foi majorada para R\$ 6.600.000,000,00 e ainda tem o segundo quadrimestre e o último que serão posteriormente divulgadas. Lembrou que tem a questão do limite da despesa com pessoal, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal limita esse gasto, não podendo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

exceder a 1,90% do limite prudencial e 2% do limite máximo da receita corrente líquida. Na sequência, fez a explanação do quadro de detalhamento da despesa, assim como as ações orçamentárias descritas. Por fim, fez alguns esclarecimentos e posteriormente a Proposta Orçamentária para 2016 de R\$ 245.302.670,00. O Presidente então, colheu os votos dos membros e proclamou o **RESULTADO: por unanimidade de votos** os membros do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça aprovaram a proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí para o exercício 2016 apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça Cleandro Alves de Moura. **ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:** O Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes indagou ao Procurador-Geral de Justiça sobre a audiência com o Governador acerca do excesso de arrecadação. O Procurador-Geral de Justiça argumentou que na próxima quarta-feira irá firmar um contrato com o Secretário de Fazenda e na oportunidade irá tratar desse tema. Em relação à audiência com o Governador do Estado, o Procurador-Geral disse estar tentando agendar, mas ainda não foi possível. O Procurador de Justiça Hosaías Matos de Oliveira pediu a palavra para transmitir uma informação sobre o GAP – Grupo de Acompanhamento de Processos que tramitam perante o Superior



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Colégio de Procuradores de Justiça

Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Informou que recebeu uma mensagem do Dr. Evandro comunicando que o Ministério Público do Estado do Piauí figura como piloto no processo de intimações eletrônicas perante o STJ e o STF. Embora tenha sido um esforço do órgão das Procuradorias de Recurso, o engrandecimento é para o Ministério Público do Piauí. Nada mais a ser tratado, conforme pauta de ordem do dia, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 18 horas, cujos termos são lavrados nesta Ata, que lida e aprovada vai assinada pelo Excelentíssimo Presidente e, pela Secretária do Colégio, acompanhada, de forma pormenorizada, da respectiva gravação em DVD.

CLEANDRO ALVES DE MOURA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ

Martha Celina de Oliveira Nunes
Procuradora de Justiça
Secretária do CPJ